



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

“Posição de Repúdio da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação

Na sequência de notícias veiculadas ontem na Comunicação Social com referências discriminatórias e inaceitáveis referentes à Senhora Deputada à Assembleia da República, Romualda Fernandes, vem esta Subcomissão, que tem como missão precisamente afirmar os valores universais da igualdade, tolerância e não discriminação, repudiar a forma como foi identificada e tratada uma digna parlamentar deste órgão de soberania.

Esta notícia foi republicada por diversos órgãos de comunicação social, agravando assim a ofensa a Romualda Fernandes, quer enquanto Deputada, quer como cidadã, e ampliando a mensagem discriminatória e xenófoba que a notícia comporta.

É certo que a Agência Lusa e (o Jornal Observador) vários outros media se retrataram, mas a mensagem xenófoba foi disseminada e provocou inevitavelmente danos.

Os órgãos de comunicação social têm particular responsabilidade na promoção dos direitos fundamentais e no combate a todos os preconceitos e discriminações ainda enraizados na nossa sociedade, pelo que não se compreende a divulgação de um texto dessa natureza quer por parte da Agência Lusa, quer da parte dos órgãos que a reproduziram publicamente.

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, à luz da DUDH e da CRP, pelo que esse princípio estruturante, tem que ser afirmado diariamente como um imperativo constitucional, ético e político.

É vital que situações desta natureza não se repitam e mereçam forte censura social, para que se eliminem de forma estrutural todos os laivos de racismo e xenofobia persistentes, sem coniventes acalmias ou tibiezas.

Expressamos ainda a nossa total solidariedade para com a visada e reafirmamos o nosso compromisso programático de pugnar pela defesa dos valores da igualdade e não discriminação.

Assembleia da República, 14 de maio 2021”

Nota: os Deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na reunião de 19 de maio, associaram-se à posição de repúdio aprovada pela Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação